

## 4 - Fatores de risco

### 4.1 - DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, sobretudo, se incorrerem repentinamente, simultaneamente e por período de tempo prolongado. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que, na data deste Formulário de Referência, possam afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados não materiais pela Companhia neste momento também poderão vir a afetar a Companhia adversamente caso se materializem.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

#### **a. riscos relacionados ao emissor**

##### ***A Companhia poderá não obter sucesso em suas novas estratégias de negócios.***

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas novas estratégias de negócios depende de uma série de fatores, como (i) as condições políticas e econômicas nacionais, (ii) a manutenção de leis e regulamentos existentes, em especial aqueles relacionados ao Sistema Financeiro Nacional, (iii) sucesso na implementação das novas políticas creditícias, (iv) manutenção dos custos de captação, (v) o desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, (vi) o aumento da eficiência operacional, (vii) a criação de novos produtos, e (viii) a manutenção de sua posição no Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas novas estratégias diante das circunstâncias acima ou outras, o que pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

##### ***As atividades e realização do plano de negócios da Companhia podem ser afetados por danos à sua reputação.***

A Companhia depende de sua imagem e de sua credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à sua reputação e criar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores, como o não cumprimento de obrigações legais, negócios irregulares com clientes, envolvimento com fornecedores, empregados e representantes com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de seus colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros. Além disso, a má conduta de terceiros, como parceiros de negócios, pode também, indiretamente, impactar a reputação da Companhia perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à reputação da Companhia podem impactar de forma adversa os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

##### ***A perda da condição de banco oficial e principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul pode ter um efeito adverso sobre o resultado das operações da Companhia.***

Mediante Contrato de Cessão dos Serviços Relacionados à Folha de Pagamento por meio de Outorga Onerosa de Direito de Exclusividade, celebrado em 17 de junho de 2016 e com prazo de 10 anos, uma parcela importante das receitas e da geração de novos negócios da Companhia vem da prestação de serviços ao Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, da prestação de serviço de pagamento da remuneração dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente caso a Companhia deixe de ser o principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul ou que deixe de prestar serviços de pagamento da remuneração dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta.

##### ***Falhas ou violações em processos críticos dos sistemas automatizados da Companhia podem temporariamente interromper os negócios da Companhia, aumentando as despesas e causando perdas, o que pode afetá-la adversamente.***

A Companhia está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, proveniente de uma série de fatores, incluindo eventos que estão total ou parcialmente fora de controle da Companhia, como por exemplo: falhas elétricas ou de telecomunicações, colapsos nos sistemas abastecedores, falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos afetando terceiros com os quais são realizados negócios, incluindo câmbio, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou provedores de serviços e, eventos atípicos relacionados a problemas sociais e ataques cibernéticos. Situações como as citadas podem resultar em custos adicionais, paradas nas operações e perdas de receita, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Ataques cibernéticos podem vir a causar perda de receita e danos à reputação, causados por violações de segurança de dados, o que pode prejudicar as operações ou resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas.***

A Companhia gerencia e armazena diversas informações exclusivas e dados confidenciais ou sensíveis referentes aos seus clientes e as suas operações. A Companhia está sujeita a violações dos seus sistemas de tecnologia de informações por ela utilizados, os quais são vulneráveis a vírus, worms e outros softwares mal-intencionados, inclusive bugs e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de seus sistemas. Adicionalmente, a Companhia também depende de determinados provedores externos de gerenciamento de dados, cujas limitações de capacidade, possíveis problemas de segurança e vulnerabilidades podem ter efeito sob a segurança da informação da Companhia e de seus clientes. Desta forma, um eventual ataque cibernético em seus sistemas ou mesmo em seus provedores podem afetar negativamente a Companhia, ocasionando interrupções e atrasos em seus sistemas e danos a sua reputação, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Se a Companhia não for capaz de melhorar ou modernizar adequadamente sua infraestrutura de tecnologia de informação e sistemas de gestão de informações em tempo hábil, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante.***

A habilidade da Companhia para continuar competitiva depende em parte de sua capacidade de modernizar sua tecnologia de informação em tempo hábil e de forma eficaz em termos de custos. A Companhia investe em ações relacionadas à inovação e modernização de suas tecnologias, como por exemplo, ampliação da capacidade e da proteção de acesso à Internet, expansão de serviço para atendimento e a implementação de serviço de Anti-DDoS de volumetria, bem como aquisição e substituição de equipamentos e sistemas, garantindo melhoria de performance e segurança ao ambiente de trabalho, proporcionando mais agilidade no atendimento. A Companhia não pode assegurar que no futuro será capaz de manter o nível de investimento de capital necessário para promover e/ou continuar a modernização de sua infraestrutura de tecnologia de informação, e neste caso, não seria capaz de melhorar ou modernizar adequadamente sua infraestrutura de tecnologia de informação e sistemas de gestão de informações. A insuficiência de recursos e/ou de investimento em tecnologia de informação poderá afetar negativamente a capacidade de originar novos negócios e clientes, manter os clientes já existentes e assegurar a segurança das informações da Companhia e de seus Clientes, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***O risco de eventual falha nos sistemas de coleta, processamento e armazenamento de dados da Companhia pode vir a causar efeito adverso relevante.***

A Companhia administra e mantém as informações pessoais confidenciais de clientes na condução de operações bancárias, assim como uma grande quantidade de ativos. Dessa forma, os negócios da Companhia dependem da capacidade de processar um grande número de transações de maneira eficiente e precisa, e de sua capacidade de confiar em suas tecnologias digitais, computadores e serviços de e-mail, software e redes, bem como de efetuar com segurança o processamento, armazenagem e transmissão de informações confidenciais e outras em seus sistemas e redes de computadores. Uma eventual falha no funcionamento dos sistemas de controle financeiro, contabilidade e coleta de dados e sistemas de processamento poderia afetar negativamente os negócios da Companhia e a sua capacidade de competir de forma eficaz, bem como resultar em responsabilidade legal, medidas regulatórias e danos à reputação. Em qualquer caso, as situações acima poderão levar a um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Qualquer desequilíbrio entre nossa carteira de crédito e nossas fontes de recursos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa capacidade de ampliar nossas operações de crédito.***

Estamos expostos a determinados desequilíbrios entre nossos créditos e obrigações com relação às taxas de juros e prazos de vencimento praticados, em especial no crédito imobiliário. Nessa modalidade de crédito os recursos são captados sobretudo via caderneta de poupança, que tem liquidez imediata para o aplicador, e destinados a financiamentos de longo prazo para aquisição de imóveis. Um aumento nas taxas de juros no Brasil poderia aumentar nosso custo de captação, em especial o custo dos depósitos a prazo, ou nos forçar a reduzir o spread que praticamos sobre os empréstimos que concedemos, afetando adversamente os resultados de nossas operações. Qualquer descasamento fora do curso normal de nossos negócios entre o vencimento de nossas operações de crédito e de nossas fontes de recursos potencializaria o efeito de desequilíbrios nas taxas de juros, representando, ainda, risco de liquidez caso não tenhamos uma captação de recursos contínua. Um aumento no custo total de nossas fontes de captação por quaisquer desses motivos poderá implicar um aumento nas taxas de juros que cobramos sobre os créditos que concedemos, podendo, conseqüentemente, afetar nossa capacidade de atrair novos clientes. Uma queda no crescimento das nossas operações de crédito poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

***A Companhia não pode assegurar que depósitos a prazo, uma importante fonte de recursos para a Companhia, continuarão disponíveis em termos favoráveis.***

Depósitos a prazo representam uma importante fonte de recursos para a Companhia. A capacidade da Companhia de obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do seu desempenho e das condições de mercado e cenário econômico brasileiro e gaúcho no futuro. A Companhia não pode assegurar que os depósitos a prazo continuarão disponíveis em termos favoráveis. Se não conseguir obter novos recursos, a Companhia poderá não ter condições de continuar a ampliar sua carteira de crédito ou responder de forma eficaz a mudanças nas condições de negócio e pressões competitivas, o que poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira ou resultado operacional.

***Os riscos de liquidez e financiamento são inerentes aos negócios da Companhia e podem ter um efeito adverso relevante sobre os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.***

Risco de liquidez é o risco da Companhia de não ter recursos financeiros suficientes para adimplir com as suas obrigações em suas respectivas datas de vencimento ou de garantir tais obrigações a um custo excessivo. Este risco é inerente a qualquer banco comercial e de varejo, e pode ser intensificado por inúmeros fatores específicos de cada empresa, incluindo a dependência excessiva de uma fonte particular de captação de recursos, mudanças nas classificações de crédito ou fenômenos de grande amplitude no mercado, como o deslocamento do mercado. A Companhia não pode garantir que, no caso de uma escassez repentina ou inesperada de *funding* no sistema bancário, será capaz de manter níveis de financiamento sem incorrer: (i) em custos mais elevados, (ii) na redução nos prazos dos instrumentos de financiamento ou (iii) na liquidação de determinados ativos sem impacto negativo em seus preços. Os processos de gestão de liquidez adotados pela Companhia poderão ser afetados por fatores sistêmicos do mercado. Além disso, restrições adversas ou contínuas na oferta de liquidez, incluindo os empréstimos interbancários, têm afetado e podem continuar a afetar de modo adverso e relevante o custo do financiamento do negócio da Companhia, e restrições extremas de liquidez podem afetar as operações atuais e a capacidade de cumprir com as exigências regulatórias de liquidez da Companhia, assim como limitar as suas possibilidades de crescimento. A interrupção e volatilidade nos mercados financeiros globais podem afetar adversamente na habilidade da Companhia de acessar capital e liquidez em termos aceitáveis. O custo da Companhia para obter financiamento está diretamente relacionado com as taxas de juros predominantes no mercado e o *spread* de crédito da Companhia pode aumentar significativamente o seu custo de financiamento. Mudanças no *spread* de crédito da Companhia são motivadas pelo mercado e podem ser influenciadas por percepções do mercado sobre a capacidade creditícia da Companhia. Mudanças na taxa de juros e no *spread* de crédito ocorrem continuamente e podem ser imprevisíveis e altamente voláteis.

Se o financiamento dos mercados de atacado cessar ou se tornar insuficiente, ou se tornar excessivamente caro, a Companhia pode ser forçada a aumentar a taxa de retorno que ela paga aos depósitos realizados. A continuação ou agravamento dessa condição adversa do mercado ou o aumento na taxa básica de juros podem ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de acessar a liquidez e no custo de financiamento. A Companhia depende, e continuará a depender, sobretudo, de depósitos comerciais para financiar as suas atividades de empréstimo. Este tipo de financiamento é influenciado por uma variedade de fatores externos, tais como as condições econômicas gerais e a confiança dos depositantes comerciais na economia, a indústria de serviços de financiamento, a disponibilidade e extensão das garantias de depósito, assim como a competição entre os bancos ou a competição com outros produtos, tais como os fundos mútuos. Estes e outros fatores pode aumentar significativamente o montante de retirada de depósitos comerciais em um curto período de tempo ou afetar a rolagem depósitos a prazo, acarretando na redução da habilidade da Companhia de acessar o financiamento por depósito comercial, o que, poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

O Plano de Contingência de Liquidez da Companhia pode não contemplar todas as medidas necessárias para o reestabelecimento do nível desejado de liquidez, para que seja possível cumprir as suas obrigações esperadas e inesperadas, uma vez que dependendo do tipo de crise, novas ações não previstas anteriormente podem ser necessárias. Isto pode fazer com que a Companhia fique mais vulnerável diante da crise e fazer com que os responsáveis pela execução do plano adotem medidas que não foram previstas no plano original.

***Uma deterioração de classificação de crédito/risco poderá aumentar os custos de captação.***

Os custos de captação da Companhia são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de seu controle, tais como as condições da economia no Brasil e o ambiente regulatório para o setor bancário brasileiro. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo em sua classificação de crédito, na medida em que fatores como recessão e desemprego podem reduzir a capacidade de solvência dos clientes da Companhia. Esse impacto adverso na classificação de crédito da Companhia poderá restringir ou prejudicar a sua capacidade de captar recursos, ceder carteiras de crédito ou emitir títulos e valores mobiliários em termos competitivos, aumentando o seu custo de captação ou até mesmo impossibilitando as captações.

***O valor das garantias dos empréstimos da Companhia pode não ser suficiente, e ela pode não ser capaz de realizar o valor total das garantias de sua carteira de crédito.***

O valor das garantias da carteira de crédito da Companhia pode flutuar ou cair devido a fatores além de seu controle, incluindo fatores macroeconômicos que afetem a economia global, do Rio Grande do Sul e a do Brasil. O valor das garantias da carteira de crédito da

Companhia poderá ser afetado negativamente por eventos de força maior, como desastres naturais, particularmente em locais em que uma parte significativa da carteira de crédito da Companhia é composta de créditos imobiliários. A Companhia poderá não ter informações atualizadas sobre o valor das garantias, o que pode resultar em uma avaliação imprecisa de perdas por redução ao valor recuperável de seus empréstimos garantidos. Se qualquer das circunstâncias mencionadas acima ocorrer, a Companhia precisará constituir provisões adicionais para cobrir prejuízos reais de perdas por redução ao valor recuperável de seus empréstimos, o que poderá afetar de forma adversa e relevante os seus resultados de operações e sua condição financeira.

***A Companhia está sujeita a risco de contraparte em seu negócio bancário.***

A Companhia está exposta a riscos de contraparte e riscos de crédito associados às atividades de concessão de empréstimo. O risco da contraparte poderá advir do investimento em títulos de terceiros, celebração de contratos de derivativos nos termos dos quais contrapartes tenham obrigações de efetuar pagamentos para a Companhia, ou assinar títulos, contratos de comercialização de futuros, moeda ou commodities de atividades comerciais que não são liquidadas no momento necessário em virtude da não entrega pela contraparte ou falha de sistemas pelos agentes de compensação, bolsas de valores ou outros intermediários financeiros. Habitualmente, a Companhia negocia com contrapartes do setor de serviços financeiros, inclusive corretores e *traders*, bancos comerciais, bancos de investimentos, fundos mútuos, fundos de *hedge* e outros clientes institucionais. Inadimplementos por certas instituições financeiras e do setor de serviços financeiros, e até mesmo rumores sobre sua solvência, podem levar a problemas de liquidez em todo o mercado e poderão acarretar perdas à Companhia por outras instituições. Várias das operações rotineiras nas quais participa expõem a Companhia a risco de crédito significativo no caso de inadimplemento por suas contrapartes relevantes. Caso esses riscos deem origem a perdas, isso poderá afetar de forma relevante e adversa os resultados operacionais e a situação financeira.

***Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis podem afetar adversamente os nossos resultados operacionais.***

A Companhia e suas controladas estão no polo passivo em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível, administrativa, trabalhista, entre outros. O valor de provisões da Companhia em relação a essas questões é substancialmente inferior ao valor total das reivindicações feitas contra ela, e em razão das incertezas envolvidas nessas reivindicações e processos, não há garantia de que a decisão final dessas questões não excederá significativamente as provisões atualmente acumuladas pela Companhia. Decisões judiciais desfavoráveis à Companhia e suas controladas em processos judiciais e administrativos podem resultar em danos reputacionais, além de ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Há a possibilidade de que os modelos, métodos de gestão e procedimentos adotados pela Companhia para o gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional não sejam totalmente eficientes para evitar a exposição a riscos não categorizados ou imprevistos.***

O conjunto de metodologias, políticas, processos e métodos utilizados pela Companhia na gestão dos riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional, social, ambiental e climático, bem como do risco país e do risco de transferência, pode não capturar plenamente a exposição decorrente de riscos não categorizados ou imprevistos. Os modelos estatísticos e as ferramentas de gestão que são utilizados pela Companhia na estimativa de suas exposições baseiam-se em dados históricos e, dado o horizonte temporal considerado nas séries, podem não ser precisos na mensuração do capital para a cobertura de fatores imprevisíveis ou não categorizados. Da mesma forma, os testes de estresse e as análises de sensibilidade, baseados em cenários macroeconômicos, podem não capturar todos os possíveis impactos em seus resultados. A Companhia pode incorrer, ainda, em perdas decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de seus processos internos, de seus funcionários, e de sistemas ou eventos externos, além de ocorrências que não sejam corretamente identificadas e tratadas pelos modelos afetos ao risco operacional adotados pela Companhia. Ademais, a política de alocação de capital da Companhia para os riscos não previstos ou identificados pode se revelar insuficiente, resultando em perdas inesperadas ou maiores que as esperadas e indicadas nos relatórios divulgados ao mercado, já considerada margem prudencial para este fim. Se esta situação ocorrer, ela poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de impedir que seus administradores, empregados ou terceiros, agindo em seu nome, envolvam-se em situações qualificáveis como corrupção no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.***

A Companhia está sujeita a legislações anticorrupção brasileira e estrangeiras. Essas legislações requerem adoção de procedimentos de integridade, visando a mitigar o risco de que qualquer pessoa, agindo em nome da Companhia, possa oferecer vantagem indevida a agente público, visando a auferir benefícios de qualquer ordem. As legislações de alcance transnacional, incluindo, mas sem limitação, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 e o UK Bribery Act de 2000, além da Lei Federal nº 12.846/13, preveem a adoção de políticas e procedimentos específicos para a prevenção e o combate a atos ilícitos ligados à corrupção de entes da administração pública e de representantes do governo, que tenham como finalidade assegurar qualquer tipo de vantagem e requerem que a Companhia mantenha seus livros e registros corretos e um sistema de controles internos para certificar a veracidade desses livros e registros e prevenir atividades ilegais. Caso as políticas e procedimentos adotados pela Companhia, destinados a prevenir suborno e outras práticas ilícitas, inclusive as descritas acima, não sejam capazes de impedir ação voluntária ou inadvertida de seus administradores, empregados ou terceiros que, agindo em seu nome, configure legalmente um ato de corrupção, uma vantagem indevida ou outras práticas ilícitas, as autoridades governamentais, às quais a Companhia está sujeita, e têm o poder e a autoridade de lhe impor multas e outras penalidades, além de ter o dever de buscar a reparação pelos danos

eventualmente decorrentes dos atos ilícitos. Além disso, os negócios e reputação da Companhia poderão ser afetados, caso a Companhia ou seus administradores venham a figurar como réus ou investigados em procedimentos relacionados a corrupção, fraude, improbidade administrativa, crimes econômicos e condutas anticompetitivas, dentre outras condutas ilícitas. A Companhia não possui meios de verificar de forma independentemente as informações ou declarações disponibilizadas por suas contrapartes sobre a correta aplicação de leis e regulamentos, o que pode não ser eficaz na prevenção de que suas contrapartes utilizem os relacionamentos estabelecidos com a Companhia para ato de corrupção. Se a Companhia for associada ou mesmo acusada de estar envolvido em casos de corrupção, sua reputação pode ser afetada. Ainda, a Companhia poderia estar exposta a sanções administrativas e judiciais, bem como a eventual efeito material adverso relevantes sobre seus os seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***A Companhia está sujeita a riscos de mercado, operacionais e outros, associados com as transações de derivativos e posições de investimento da Companhia, os quais podem ter efeito adverso sobre a Companhia.***

A Companhia celebra transações de derivativos, sobretudo para propósitos de *hedging*. A Companhia está sujeita a riscos de mercado, de crédito e operacionais associados a essas transações, incluindo o risco de base (risco de perda associado a variações no spread entre o retorno do ativo e a captação de fundos e/ou custo de *hedge*) e risco de crédito ou inadimplência (risco de insolvência ou outras incapacidades de contrapartes em uma transação em particular para cumprir suas obrigações, incluindo o fornecimento de garantias suficientes). A Companhia também detém valores mobiliários na sua carteira como parte das estratégias de investimento e *hedging*. Quaisquer ganhos ou perdas futuras, realizados ou não realizados, desses investimentos ou de estratégias de *hedge* poderão ter impacto significativo sobre a receita da Companhia. Esses ganhos e perdas, contabilizados quando liquidadas as operações de instrumentos financeiros em data anterior ao vencimento ou quando avaliadas a valor de mercado, podem variar consideravelmente de um período para outro. Se, por exemplo, a Companhia celebrar transações com derivativos para se proteger contra desvalorizações do real ou reduções das taxas de juros, e o real se valorizar ou as taxas de juros aumentarem, a Companhia poderá incorrer em prejuízos financeiros. A Companhia pode não ser capaz de estimar corretamente o valor dos ganhos ou perdas em períodos futuros, e as variações verificadas entre um período e outro não servem como ponto de referência significativo para projeções de futuro. Os ganhos ou perdas na carteira de investimento da Companhia poderão criar volatilidade nos níveis de receita líquida, e é possível que a Companhia não proporcione retorno sobre sua carteira de investimento consolidada ou parte da carteira no futuro. Quaisquer perdas nos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos poderão afetar de forma relevante e adversa a receita operacional e situação financeira da Companhia. Além disso, qualquer diminuição do valor desses valores mobiliários e carteiras de derivativos poderá resultar em diminuição dos índices de capital, o que poderá prejudicar a capacidade de realização de atividade creditícia da Companhia nos níveis atualmente previstos.

***Uma parcela substancial dos ativos que a Companhia detém é representada por títulos e valores mobiliários de emissão do Governo Federal, os quais estão sujeitos às variações de mercado, que podem gerar impactos significativos sobre o resultado de suas operações.***

As operações compromissadas com outras instituições são utilizadas para administração da posição de liquidez da Companhia. Essas operações, via de regra, tem prazo de um dia útil e ocorrem mediante a compra ou venda de títulos públicos federais e tem rentabilidade definida no ato da negociação em função do compromisso de recompra ou revenda, conforme o caso. Tais operações são realizadas com o objetivo de incrementar as fontes de recursos e ampliar a liquidez da gestão de caixa da Companhia. Neste sentido, as perdas resultantes de rendimentos dessas carteiras de títulos e valores mobiliários poderão vir a impactar negativamente o resultado das operações da Companhia. Além disso, qualquer falha por parte do Governo Federal em realizar pagamentos, nos termos e condições estabelecidos nos títulos e valores mobiliários emitidos pelo Governo Federal ou pelo Banco Central, terá um efeito material adverso na situação financeira e nos resultados das operações da Companhia.

***Flutuações das taxas de juros e outros fatores poderão afetar as obrigações da Companhia nos termos de fundos de pensão de seus empregados.***

A Companhia patrocina alguns planos de benefício definido de previdência os quais beneficiam alguns de seus funcionários atuais e ex-funcionários. Neste tipo de plano de previdência, o risco atuarial (risco associado ao descasamento das premissas de que o custo dos benefícios seja maior que o esperado) e o risco de investimento recaem parcial ou inteiramente sobre a Companhia.

Para determinar a situação de custeio de cada plano de pensão de benefício definido e, por conseguinte, as reservas registradas necessárias ao futuro pagamento dos beneficiários, a Companhia realiza avaliação atuarial com base em premissas e projeções, podendo estar sujeitas a subdimensionamento no longo prazo, em eventos como comportamento de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A Companhia não tem controle sobre os fatores que podem afetar o custo de tais planos de benefício. Alterações no valor das obrigações nos termos dos planos de pensão de benefício definido podem fazer com que a Companhia aumente as contribuições a fim de reduzir ou liquidar os déficits, o que poderá afetar adversamente o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

***A diferença entre o valor relativo a efetiva contribuição da Companhia para planos de benefício definido de previdência de seus empregados e o valor de sua contabilização poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido da Companhia.***

O valor de contribuição da Companhia para custeio dos planos de benefício definidos é calculado anualmente de acordo com as taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Nos termos da legislação aplicável, para a contabilização do valor aportado em seu balanço patrimonial, a Companhia deve utilizar valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, subtraído o valor justo dos ativos do plano. Em caso de ocorrência de déficits nos resultados da Fundação Banrisul, contribuições extraordinárias por parte dos patrocinadores podem ser requeridas. Tais riscos podem resultar em um aumento dos passivos da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia.

***O valor recuperável do ativo imobilizado, ativos intangíveis e investimentos em participações societárias, utilizada no teste de imparidade, pode ser diferente do real valor recuperável desses ativos.***

As regras brasileiras e internacionais (IFRS) de contabilidade determinam que a Companhia deve mensurar o valor recuperável dos ativos de forma que eles não sejam registrados nas demonstrações contábeis por um valor superior ao valor passível de ser recuperado. Caso esta situação ocorra, uma perda por imparidade no montante da diferença entre esses dois valores é reconhecida no resultado. Com base nessas regras, a determinação do valor recuperável, para fins de teste de imparidade do ativo imobilizado, ativos intangíveis e investimentos em participações societárias, requer a utilização de estimativas baseadas em preços cotados no mercado, fluxos de caixa descontados ou alguma outra técnica de precificação, o que exige que a administração da Companhia faça julgamentos subjetivos e adote premissas que ela considere adequadas. A utilização de premissas e pressupostos inadequados pode representar um risco caso o valor real dos ativos sujeitos a testes de imparidade evidencie-se inferior às estimativas iniciais, o que acarretaria no reconhecimento de perdas por imparidade em um valor superior às respectivas provisões já constituídas pela Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de obter e/ou renovar as licenças necessárias à condução de suas operações.***

A Companhia não pode assegurar que as licenças e/ou alvarás de uso e funcionamento necessários ao desenvolvimento das suas atividades, expedidos pelas prefeituras municipais e pelos corpos de bombeiros competentes e que devem ser obtidos e mantidos válidos para cada uma de suas agências e demais estabelecimentos relevantes, serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças e alvarás pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos estabelecimentos irregulares, com interrupção das suas atividades. Caso ocorra o fechamento, ainda que temporário, de alguma das agências da Companhia, os seus negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

#### **b. riscos relacionados a seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

***A Companhia é controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, cujos interesses podem ser divergentes dos interesses da Companhia e de seus demais acionistas.***

A Companhia é instituição financeira controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, cujos interesses podem divergir dos interesses da Companhia e de seus demais acionistas. Na data deste Formulário de Referência, o Estado do Rio Grande do Sul detinha o controle da Companhia, garantindo a aprovação de ações/políticas que visem aos interesses do Estado do Rio Grande do Sul, e que necessitem da aprovação dos acionistas ou da administração da Companhia, tais como transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, pagamento de dividendos, abertura de pontos de atendimento em comunidades de pequeno porte, escolha da maioria dos administradores etc. Portanto, o Estado do Rio Grande do Sul tem influência significativa nas decisões estratégicas da Companhia. Tal influência pode levar a Companhia a adotar determinadas medidas destinadas a promover os objetivos políticos, econômicos ou sociais do Estado do Rio Grande do Sul, e não exclusivamente para promover seus próprios negócios e fomentar o seu resultado operacional. A eventual adoção pela Companhia de medidas em benefício dos interesses do Estado do Rio Grande do Sul poderá ser contrária aos interesses da Companhia e dos seus demais acionistas, e poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia é uma sociedade de economia mista e está sujeita a alterações do seu quadro de administradores em função de alterações do Governo do Estado do Rio Grande Sul, o que poderá causar efeito um material desfavorável à implementação da atual estratégia de negócios da Companhia.***

O Estado do Rio Grande do Sul é responsável pela nomeação da maioria dos membros de Conselho de Administração da Companhia e, conseqüentemente, de todos os membros de sua Diretoria. Mudanças na administração do Estado do Rio Grande do Sul, como as que ocorrem em decorrência das eleições realizadas a cada quatro anos, podem levar a mudanças na administração da Companhia. Referidas mudanças na administração da Companhia podem gerar solução de continuidade na estratégia de negócios, o que, conseqüentemente, pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Poderá haver diluição do valor econômico do investimento dos investidores.***

Os detentores das ações de emissão da Companhia poderão sofrer imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de obtenção de capital para suas atividades por meio de emissão de novas ações. A Companhia poderá realizar esta emissão de novas ações por valor inferior ao valor contábil das ações de sua emissão na data em questão.

***A volatilidade e a baixa liquidez dos mercados podem, eventualmente, reduzir a capacidade de os investidores venderem as ações da Companhia no mercado pelo preço desejado e no momento oportuno.***

O investimento em valores mobiliários, tais como as ações de emissão da Companhia, representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, está sujeito à volatilidade do mercado de capitais. Investimentos no mercado de capitais brasileiro, inclusive nas ações de emissão da Companhia, estão sujeitos a riscos de natureza econômica e política, que envolvem, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e à repatriação de capital. Não é possível garantir que um mercado de negociação líquida e ativa para as ações de emissão da Companhia irá se desenvolver ou se manter líquido e ativo. Esses fatores podem afetar desfavoravelmente o valor de mercado e a liquidez das ações ordinárias e das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, o que poderá limitar a habilidade do investidor de revender as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B de emissão da Companhia ao preço e no tempo desejado.

***A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações ao preço e na ocasião desejados.***

O investimento em valores mobiliários, tais como as ações da Companhia, representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em nossas ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Investimentos no mercado de capitais brasileiro, inclusive em nossas ações, estão sujeitos a riscos de natureza econômica e política, que envolvem, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e à repatriação de capital. Além disso, a eventual falta de liquidez no mercado de títulos e valores mobiliários pode limitar substancialmente a capacidade dos investidores em vender nossas ações ao preço e na ocasião desejadas. Não podemos garantir que um mercado de negociação líquida e ativa para as nossas ações vai se desenvolver ou se sustentar. Esses fatores podem afetar desfavoravelmente o valor de mercado e a liquidez das nossas ações, o que poderá limitar a habilidade do investidor de revender nossas ações ao preço e no tempo desejado.

***Um mercado ativo e líquido para as Ações Ordinárias pode não se desenvolver, o que limitaria a habilidade do investidor de vender no mercado secundário as Ações Ordinárias ao preço e no tempo desejado.***

Mercados de negociação líquida e ativa geralmente resultam em menor volatilidade de preços e na execução mais eficiente de pedidos de compra e venda para os investidores. A liquidez do mercado de títulos e valores mobiliários é geralmente em função do volume das ações que são mantidas em circulação, dentre outros fatores. As ações ordinárias de emissão da Companhia nunca tiveram um histórico significativo de negociação ou liquidez no mercado, que sejam suficientes até a data deste Formulário de Referência para estabelecer o preço nas nossas ações ordinárias. Assim, atualmente, não existe mercado para as ações ordinárias, e não podemos garantir que um mercado de negociação líquida e ativa vai se desenvolver ou se sustentar. Esses fatores podem afetar desfavoravelmente o valor de mercado e a liquidez das ações ordinárias, o que limitará a habilidade do investidor de revendê-las ao preço e no tempo desejado.

***Ausência de direito de voto para as Ações Preferenciais Classe B.***

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e nosso Estatuto Social, os titulares das Ações Preferenciais Classe B não têm direito de voto, exceto em circunstâncias limitadas previstas na Lei das Sociedades por Ações. Desta forma, os titulares das Ações Preferenciais Classe B, de modo geral, não podem votar em nossas assembleias gerais.

***Detentores de nossas Ações Preferenciais Classe B podem não receber dividendos.***

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deverá pagar aos seus acionistas dividendos que representem no mínimo 25% de nosso lucro anual líquido levantado a partir de suas demonstrações financeiras não-consolidadas, conforme determinado e ajustado pela Lei das Sociedades por Ações. Este lucro ajustado pode, entretanto, em determinadas circunstâncias, ser usado para absorver perdas ou, ainda, para a constituição de reservas conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não estar disponível para ser pago na forma de dividendos. Adicionalmente, ainda que a Companhia venha a apurar lucro em exercícios sociais futuros, dividendos podem não ser pagos se o Conselho de Administração da Companhia recomendar à assembleia geral de acionistas a não distribuição de tais dividendos em vista de nossa condição financeira. Por fim, as Ações Preferenciais Classe A de emissão da Companhia conferem aos seus titulares o direito a receber um dividendo correspondente a, no mínimo, 6,0% do quociente da divisão do valor de nosso capital social pelo número total de ações de emissão da Companhia. Na hipótese do lucro total a ser distribuído ser insuficiente para atingir este patamar assegurado aos titulares de Ações Preferenciais Classe A de emissão da Companhia, os demais acionistas, poderão não receber qualquer dividendo.

### **c. riscos relacionados a suas controladas e coligadas**

***A Companhia pode ter seu resultado impactado em decorrência de sua participação em empresas controladas e coligadas.***

As empresas controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas aos riscos inerentes às suas respectivas atividades. Eventuais insucessos em seus negócios serão reconhecidos contabilmente nos balanços da Companhia, segundo a legislação e princípios contábeis vigentes, o que poderá ter um efeito adverso e relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

***Eventuais desvios nas premissas utilizadas para precificação dos produtos de seguros e de previdência oferecidos pelas subsidiárias da Companhia podem causar um efeito adverso relevante na rentabilidade da Companhia.***

As subsidiárias da Companhia com atividades no segmento de seguros e previdência estabelecem preços e cálculos para esses produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas, que são revisadas periodicamente. A precificação de produtos de seguros e previdência é realizada com base em estimativas atuariais ou estatísticas, incluindo modelos, premissas e projeções que podem se provar incorretas em razão de sua subjetividade quanto ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, reivindicações, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Dessa forma, eventuais desvios nas premissas utilizadas para precificação dos produtos de seguros e previdência podem causar um efeito adverso relevante na rentabilidade das subsidiárias da Companhia. Adicionalmente, a revisão dos preços dos produtos de seguros e planos de pensão e a adequação de suas respectivas reservas podem não ser suficientes para garantir que os ativos da Companhia suportem suas responsabilidades, prêmios e contribuições futuras. Assim, na hipótese em que as reservas e prêmios futuros da Companhia sejam insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, a Companhia poderá ser obrigada a elevar suas reservas e registrar tais efeitos em suas demonstrações contábeis, o que poderá ocasionar um efeito material adverso sobre os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

### **d. riscos relacionados a seus administradores**

### **e. riscos relacionados a seus fornecedores**

A Companhia depende de terceiros para provimento de suporte de produtos e serviços importantes. Fornecedores terceirizados provêm componentes-chave da infraestrutura de negócios da Companhia, como sistemas de serviço de empréstimos e depósitos, conexão com internet e acesso à rede. Terceiros podem ser fontes de risco operacional para a Companhia, incluindo o que se refere a violações de segurança. Na medida em que a interconectividade com terceiros aumentar, a Companhia enfrentará ainda mais o risco de falha operacional com relação aos seus sistemas. A Companhia pode ainda ser solicitada a adotar medidas para proteger a integridade de seus sistemas operacionais, com isso aumentando seus custos operacionais e possivelmente reduzindo a satisfação dos clientes. Além disso, quaisquer problemas causados por terceiros, incluindo o não oferecimento à Companhia de seus serviços por qualquer razão, a execução de seus serviços de forma insatisfatória, ou a má conduta de funcionários e fornecedores, podem afetar a capacidade da Companhia de entregar produtos e serviços aos clientes e de outra forma conduzir as operações. A substituição dos fornecedores terceirizados pode também resultar em atrasos e despesas significativas. Qualquer um desses fatores poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

### **f. riscos relacionados a seus clientes**

***O desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul tem impacto significativo nas atividades e resultados da Companhia.***

Devido à expressiva concentração dos clientes no Estado do Rio Grande do Sul, as atividades e os resultados da Companhia são dependentes, em grande escala, do desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, a redução na atividade econômica regional, entre outros efeitos, poderá reduzir a procura por crédito e pelos serviços bancários ofertados pela Companhia, aumentar o nível de inadimplência no crédito, aumentar o volume de saques de recursos depositados e, conseqüentemente, limitar as opções para a expansão dos negócios da Companhia. A combinação destes eventos, ou cada um deles individualmente, podem comprometer a estratégia de crescimento e, a geração de resultados da Companhia, refletindo no valor de mercado de suas ações. Adicionalmente, certas áreas nas quais a Companhia atua estão sujeitas a riscos específicos com forte componente setorial, como a concessão de crédito ao setor agrícola, o qual pode ser impactado pelas condições climáticas no Estado do Rio Grande do Sul, o que poderá ocasionar uma redução na procura por soluções de crédito ofertadas pela Companhia, impactando diretamente seus resultados. Qualquer um desses fatores poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Mudanças no perfil dos negócios da Companhia podem afetar negativamente a carteira de crédito.***

A experiência histórica da Companhia pode não ser indicativa de perdas de crédito futuras. Os riscos da carteira de crédito da Companhia estão associados ao risco de inadimplência dos setores nos quais atua, e alterações no perfil dos negócios da Companhia podem ocorrer em função do crescimento orgânico ou de fusões e aquisições, alterações nas condições econômicas locais e, em menor grau, no ambiente econômico internacional, além de alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais a Companhia atua, entre outros fatores.

Quaisquer alterações que afetem um dos setores ao qual a Companhia tenha exposição de crédito significativa podem afetar negativamente a carteira de crédito. Adicionalmente, alterações nas condições econômicas e políticas, desaceleração na demanda dos clientes, um aumento na concorrência de mercado e alterações regulatórias podem também afetar negativamente a taxa de crescimento e a composição da carteira de crédito da Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

#### **g. riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue**

***As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial podem nos afetar adversamente.***

As autoridades brasileiras intervêm com alguma frequência na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, dentre outras, o que pode afetar negativamente a Companhia. Tais alterações podem impactar variáveis que são fundamentais para a estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a atuação em determinados mercados, afetando a liquidez e a capacidade de pagamento dos clientes da Companhia. Incertezas sobre políticas econômicas futuras podem aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, a qual, por sua vez, pode ter relevante efeito adverso na Companhia. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem afetar a Companhia.

***A instabilidade política e as diversas investigações em andamento no Brasil podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia, além do preço de suas ações.***

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram, e continuam a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Atualmente, os mercados brasileiros estão enfrentando um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com as investigações de corrupção em curso, as quais estão sendo conduzidas pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal, tais como as Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência e outras. Tais investigações tem tido impactos negativos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estão sendo processados por crime de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, dentre outros crimes.

Ressalta-se que o potencial resultado das investigações sobre os esquemas de corrupção é incerto, mas as investigações já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e a reputação das empresas implicadas e sobre a percepção geral do mercado da economia brasileira. A Companhia não pode prever se tais alegações levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações poderão envolver a Companhia, suas subsidiárias, subcontratados, colaboradores, clientes ou parceiros comerciais, impactando negativamente sua a imagem e reputação e o preço de suas ações, além de ter um efeito adverso relevante seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. Além disso, os tribunais eleitorais brasileiros estão analisando diversas ações relativas, entre outros assuntos, a alegações de contribuições ilegais para campanhas políticas que não foram contabilizadas ou não divulgadas publicamente, incluindo contribuições feitas a diversos membros do atual Governo Federal e do Poder Legislativo, os quais são acusados de terem recebido recursos relacionados ao esquema de corrupção sob investigação nas operações da Polícia Federal e o Ministério Público Federal. O desenrolar de tais casos de conduta antiética podem afetar adversamente a economia brasileira, e conseqüentemente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

***O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial podem afetar adversamente os negócios e resultados Companhia.***

O Governo Federal frequentemente intervêm na economia brasileira e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram em alterações das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades da Companhia, condição financeira, resultados operacionais, futuros negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- política monetária e cambial;
- taxas de juros;
- mudanças nas regras e práticas contábeis;
- políticas governamentais aplicáveis às nossas atividades, especialmente tributária;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior e ao investimento estrangeiro no país;
- inflação;
- instabilidade social;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal;

acionamento de energia elétrica; e  
outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem vir a ter um efeito adverso relevante os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

***Eventos e percepção de risco em outros países podem ter impacto negativo na economia brasileira e no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores do Brasil.***

O valor de mercado de títulos de emitentes brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, assim como em outros países da América Latina e do mercado emergente. Apesar de as condições econômicas na Europa e Estados Unidos serem diferentes significativamente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado de títulos de emissores brasileiros. Ademais, crises em outros países de mercado emergente poderão diminuir o interesse do investidor em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários. Isso pode afetar prejudicialmente o preço de mercado dos títulos, restringir o acesso aos mercados de capital e comprometer a habilidade de financiar as operações no futuro em termos favoráveis, ou em qualquer termo. Desde 2014 até a data deste Formulário de Referência, tem ocorrido um aumento na volatilidade em todo o mercado brasileiro, devido a, dentre outros fatores, incertezas sobre como os ajustes na política monetária nos Estados Unidos afetariam os mercados financeiros internacionais, o aumento na aversão ao risco a países do mercado emergente e incertezas com relação às condições macroeconômicas e políticas brasileiras. Essas incertezas tiveram efeito negativo sobre a Companhia e o valor de mercado de seus títulos e valores mobiliários.

Além disso, a Companhia está exposta às perturbações e volatilidade dos mercados financeiros mundiais devido aos seus efeitos sobre o ambiente financeiro e econômico, especialmente no Brasil, tais como o desaquecimento da economia, o aumento da taxa de desemprego, a diminuição do poder aquisitivo dos consumidores e a indisponibilidade de crédito. A Companhia fornece crédito para tomadores nacionais (com foco no Estado do Rio Grande do Sul) e estes efeitos poderiam afetar adversa e materialmente os clientes da Companhia e aumentar suas perdas com empréstimos e, como resultado, elevar o risco associado com sua atividade de fornecimento de créditos e levar-nos a realizar revisões correspondentes em seus modelos de gestão de riscos e de provisão contra créditos duvidosos. A instabilidade ou volatilidade dos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico do Brasil, o que pode ter efeito negativo relevante sobre a Companhia.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao ambiente cada vez mais competitivo e às recentes consolidações do setor bancário brasileiro.***

O mercado brasileiro de serviços financeiros e bancários é altamente competitivo. A Companhia enfrenta significativa concorrência de outros grandes bancos brasileiros e internacionais, bem como de outras empresas que competem nos mercados nos quais a Companhia atua. A concorrência intensificou-se como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Essa crescente concorrência pode afetar a Companhia negativamente, entre outros fatores, limitando a capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir as operações da Companhia, ou impactando as tarifas e taxas que a Companhia pratica, reduzindo as margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que a Companhia oferece, o que pode ter um efeito adverso relevante os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

**h. riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue**

***A volatilidade cambial poderá ter efeito negativo substancial sobre a economia brasileira e sobre os negócios da Companhia.***

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira passou por variações frequentes e substanciais em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real com relação ao dólar norte-americano criou ainda mais pressões inflacionárias no Brasil, o que ocasionou em aumentos nas taxas de juros, limitou o acesso de sociedades brasileiras a mercados financeiros estrangeiros e resultou na implementação de políticas de recessão pelo governo brasileiro. A desvalorização do real também pode, no contexto de uma desaceleração econômica, resultar em redução de gasto da população, pressões de deflação e crescimento reduzido da economia brasileira como um todo, e desse modo prejudicar a base de ativo, condição financeira e resultados de operações. Além disso, uma desvalorização do real poderá tornar as obrigações e financiamentos mais onerosos denominados em moedas estrangeiras, afetar negativamente o preço de mercado das carteiras de títulos e gerar consequências similares para os tomadores. Por outro lado, uma valorização do real em relação ao dólar e a outras moedas estrangeiras poderá causar uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como desacelerar o crescimento impulsionado pelas exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou valorização do real poderia afetar de forma relevante e adversa o crescimento da economia brasileira, assim como o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

***O Governo Federal regula as operações das instituições financeiras e alterações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos podem afetar negativamente as operações e receitas da Companhia.***

Na qualidade de instituição financeira, a Companhia está inserida em mercado que se caracteriza por extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do governo brasileiro, especificamente do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Conselho Monetário Nacional, os quais, em cada caso, afetam substancialmente os negócios da Companhia. Não há controle dos bancos e demais instituições financeiras sobre a regulamentação governamental a qual pode afetar as operações da Companhia, inclusive, mas sem limitação, a imposição de:

- a) exigências de capital mínimo;
- b) requisitos de depósitos compulsórios/reservas;
- c) requisitos de investimento em ativos fixos;
- d) requisitos contábeis e estatísticos;
- e) limites de empréstimos e outras restrições de crédito;
- f) margens de solvência; e
- g) políticas obrigatórias de provisionamento.

As leis, regulamentos e políticas às quais a Companhia está sujeita podem ser alteradas a qualquer momento. Adicionalmente, a interpretação e aplicação, pelos órgãos regulatórios, das leis e regulamentações às quais a Companhia está sujeita também podem, de tempos em tempos, ser alteradas. A maneira como essas leis e regulamentações relacionadas são aplicadas às operações das instituições financeiras ainda está evoluindo. Além disso, na medida em que essas regulamentações adotadas recentemente sejam implementadas de forma inconsistente, a Companhia pode enfrentar um aumento nos custos de conformidade. Quaisquer medidas legislativas ou regulatórias e quaisquer alterações exigidas das operações de negócio da Companhia resultantes de referidas leis e regulamentos, assim como qualquer deficiências na conformidade com tais leis e regulamentos, podem acarretar perda significativa de receita para a Companhia, limitar sua capacidade de buscar oportunidades de negócio e de ofertar certos produtos e serviços, afetar o valor dos ativos detidos pela Companhia, obrigar a Companhia a aumentar os preços e assim reduzir a demanda pelos produtos da Companhia, impor custos de conformidade e outros adicionais à Companhia ou de alguma forma, prejudicar seus negócios. Em especial, as ações legislativas ou regulamentares que resultem no aprimoramento de normas prudenciais, no que diz respeito ao capital e à liquidez, poderia impor uma carga regulamentar significativa a Companhia ou às suas subsidiárias podendo limitar a distribuição de capital e liquidez da Companhia, impactando negativamente a Companhia.

Os futuros padrões de liquidez podem exigir maior proporção dos ativos em instrumentos financeiros de alta liquidez da Companhia, mas de menor rendimento, o que afetaria a margem financeira. Além disso, as autoridades reguladoras da Companhia, como parte de sua função de supervisão, revisam periodicamente a provisão para perdas decorrentes de empréstimos inadimplidos. Tais reguladores podem exigir que a Companhia aumente sua provisão para perdas de crédito ou para reconhecer outras perdas. Quaisquer provisões adicionais para perdas decorrentes de empréstimos inadimplidos, conforme exigido por essas agências reguladoras, cujas opiniões possam diferir daqueles da administração da Companhia, poderia surtir efeito adverso sobre os resultados e condição financeira da Companhia. Assim sendo, não é possível garantir que futuras alterações de regulamentações ou de sua interpretação ou aplicação não prejudicarão a Companhia.

Como algumas das leis e regulamentações do setor bancário foram emitidas ou entraram em vigor recentemente, a maneira com a qual essas leis e regulamentações relacionadas são aplicadas às operações das instituições financeiras ainda está evoluindo. Além disso, na medida em que essas regulamentações adotadas recentemente sejam implementadas de forma inconsistente no Brasil, a Companhia pode enfrentar um aumento nos custos de conformidade. Não é possível dar garantias de que essas leis e regulamentações serão adotadas, cumpridas ou interpretadas de um modo que não tenha efeito adverso relevante nos negócios da Companhia e nos resultados das operações. Além disso, autoridades regulatórias possuem critérios substanciais sobre como regulamentar bancos, e esses critérios, e os mecanismos regulatórios disponíveis para os reguladores, tem aumentado durante os últimos anos. Regulação pode ser imposta sobre governo e por reguladores em resposta a crises, e isso pode afetar especialmente instituições financeiras tais como a Companhia que pode ser considerada sistematicamente importante.

Ademais, as autoridades reguladoras dispõem de poder substancial e com ampla margem de discricionariedade no que diz respeito à forma de regulamentar os bancos. Regulamentação pode ser imposta, de caso a caso, pelos governos e em resposta a uma crise, podendo afetar especialmente instituições financeiras, como a Companhia. Além disso, o volume, granularidade, frequência e a dimensão das exigências referentes à regulação e apresentação de relatórios regulamentares necessitam de uma estratégia de dados clara para possibilitar a consistente agregação, divulgação e administração de dados. A administração inadequada de sistemas ou processos de informações, podem levar a uma falha em cumprir as exigências de apresentação de relatórios regulamentares ou outras exigências de informações internas ou externas e a Companhia poderá enfrentar medidas fiscalizatórias como consequência.

A estrutura regulatória do sistema bancário está em contínua evolução. As normas regulamentares sofrem alterações e, o modo pelo qual elas são aplicadas e interpretadas, pode mudar, e novas normas serem adotadas. A ocorrência de tais mudanças pode afetar significativamente e, de modo adverso, às operações e receitas da Companhia.

O governo brasileiro institui regularmente reformas para regimes fiscais que afetam todo o mercado. A criação de novos tributos ou o aumento nas taxas de incidência dos atuais impostos são exemplos de mudanças que não se pode prever, mas que podem ter efeito adverso sobre os negócios. Além do exposto, tais mudanças podem gerar incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo dos empréstimos e potencializando a inadimplência.

***Os esforços do Governo para controlar a inflação e mudanças nas taxas de juros poderão restringir o crescimento da economia brasileira e prejudicar as atividades da Companhia.***

O Brasil registrou, no passado, índices de inflação extremamente elevados, o que obrigou o país a implementar políticas monetárias que resultaram em uma das taxas de juros mais elevadas do mundo. As medidas do governo brasileiro de combate à inflação, principalmente pelo Banco Central, tiveram e poderão no futuro ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e o negócio da Companhia. Políticas monetárias rígidas, com taxas de juros e exigências de depósito compulsório elevadas, poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito, reduzir os volumes de empréstimos e elevar as provisões para perdas com empréstimos. Por outro lado, políticas menos rígidas do governo e do Banco Central e diminuições da taxa de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, por conseguinte, crescimento da volatilidade e necessidade de aumentos de taxa de juros súbitos e significativos, o que poderia prejudicar os spreads da Companhia. A maior parte da receita, despesas, ativos e passivos da Companhia está diretamente atrelada a taxas de juros. Com isso, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados significativamente pela inflação, pelas oscilações das taxas de juros e pelas políticas monetárias governamentais relacionadas, os quais poderão ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira, sobre as carteiras de operações de crédito, sobre o custo financeiro e sobre as receitas de operações de crédito. Quaisquer alterações de taxas de juros poderão prejudicar o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, o aumento da taxa de juro básico pode prejudicar a Companhia pelo fato de reduzirem a demanda pelos produtos de crédito e investimento da Companhia, aumentarem os custos de captação e aumentar o risco de inadimplimento por parte dos clientes da Companhia.

***A Companhia está sujeita à intervenção em potencial por seus reguladores ou supervisores, especificamente em resposta a reclamações de clientes.***

As atividades e operações da Companhia estão sujeitas a normas e regulamentos significativos cada vez maiores, necessários para conduzir negócios bancários e serviços financeiros. Esses são aplicáveis a operações comerciais, afetam retornos financeiros, incluem exigências de reserva e apresentação de relatórios, e regulamentos sobre prudência e conduta comercial. Essas exigências são estabelecidas pelos seus reguladores, supervisores e demais autoridades regulamentares pertinentes que autorizam, regulam e supervisionam as atividades da Companhia. Em suas funções de supervisão, os supervisores buscam manter a segurança e a estabilidade de instituições financeiras com o objetivo de fortalecer a proteção de clientes e do sistema financeiro. A supervisão contínua pelos supervisores de instituições financeiras é conduzida por meio de uma variedade de ferramentas regulamentares, inclusive a coleta de informações em forma de retornos prudenciais, relatórios obtidos de pessoas habilitadas, visitas a empresas e reuniões regulares com a administração para discutir questões tais como desempenho, administração de risco e estratégia.

Além disso, o volume, granularidade, frequência e escala de exigências de relatórios necessitam de uma estratégia de dados clara para possibilitar agregação de dados, relatórios e gestão consistente. Sistemas ou processos de gestão de informações inadequados, incluindo aqueles relacionados à segregação de dados e reporte de riscos, poderiam levar a uma impossibilidade de cumprir com as exigências de reporte regulatório e outras demandas de informações internas ou externas e a Companhia pode enfrentar medidas supervisórias como um resultado. Se a Companhia não cumprir os regulamentos pertinentes, haverá um risco de um impacto adverso em suas atividades proveniente de sanções, multas ou outras ações impostas pelas autoridades competentes. Os clientes de instituições de serviços financeiros, inclusive os clientes da Companhia, podem buscar ressarcimento se considerarem terem sofrido perda como resultado da venda indevida de um produto específico, ou por meio da aplicação incorreta dos termos e condições de um produto específico. Considerando a intrínseca imprevisibilidade de litígio e a avaliação de sentenças pelas autoridades competentes, é possível que um resultado adverso em algumas questões possa prejudicar a reputação ou surtir efeito prejudicial substancial nos resultados operacionais, situação financeira e perspectivas em virtude de quaisquer multas impostas ou compensação determinada, juntamente com os custos de defesa dessa ação, dessa forma reduzindo a lucratividade da Companhia.

***A concessão de crédito consignado está sujeita a mudanças nas leis e regulamentos, interpretações dos tribunais e/ou políticas de entidades públicas.***

Uma parcela significativa da carteira de crédito da Companhia é formada por créditos consignados a funcionários públicos e de empresas privadas, aposentados e pensionistas do INSS. O mecanismo de desconto em folha de pagamento é regulado por diversas leis e regulamentos, na esfera federal, estadual e municipal, que estabelecem limites de descontos e preveem a irrevogabilidade da autorização dada por um funcionário público ou privado ou beneficiário do INSS para dedução de valores para quitação do empréstimo. A Companhia não pode assegurar que as leis e os regulamentos relativos ao crédito consignado não serão alterados ou revogados no futuro. Dessa maneira, a edição de qualquer nova lei ou regulamento, ou mudança, revogação ou nova interpretação das leis ou regulamentos existentes que resulte em proibição, restrição ou que possa afetar adversamente nossa capacidade de efetuar essas deduções diretas poderá aumentar o perfil de risco

da carteira de crédito, levando a Companhia a aumentar a taxa de juros de nossos empréstimos e conduzindo a um percentual mais alto de inadimplência; o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

***A Companhia está sujeita à fiscalização pelas autoridades fiscais, e uma interpretação incorreta da Companhia das leis e regulamentos fiscais pode ter um efeito adverso substancial sobre a Companhia.***

A elaboração das declarações e os recolhimentos de tributos da Companhia exigem o uso de estimativas e interpretações de leis tributárias complexas e estão sujeitos à fiscalização por parte das autoridades fiscais brasileiras. As leis tributárias no Brasil são complexas e sujeitas a interpretações divergentes entre contribuinte e as autoridades fiscais, o que resulta em períodos de análise prolongados até que se chegue a uma resolução final. Ao estabelecer uma provisão para despesas de imposto de renda e preenchimento de declarações, a Companhia deve fazer julgamentos e interpretações sobre a aplicação dessas leis tributárias complexas. Se o julgamento, estimativas e premissas que a Companhia usa na elaboração de suas declarações fiscais e no recolhimento dos tributos devidos se demonstrarem incorretos, isto pode ter um efeito adverso relevante os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

***O controle de capitais implementado pelo Governo Federal pode afetar o negócio, as operações ou as perspectivas da Companhia.***

As operações de câmbio e comércio exterior no Brasil são regidas por regulações do Banco Central do Brasil e por legislação específica. Atualmente, o Banco Central do Brasil autoriza a compra e venda de moeda estrangeira observadas as operações vedadas pela legislação ou sujeitas à regulamentação específica, tais como as aplicações no exterior no mercado de capitais e de derivativos pelas pessoas físicas ou jurídicas em geral. O modelo cambial vigente manteve as premissas previstas na legislação federal, tais como:

- a) curso forçado da moeda nacional;
- b) operações sujeitas a registro no Banco Central do Brasil;
- c) formalização de operações via contrato de câmbio; e
- d) manutenção das regras relativas a capitais estrangeiros no País.

Eventos adversos podem fazer com que o Governo Federal adote política mais restritiva de movimentação de capitais, fatores que podem afetar a possibilidade de o Governo Federal impor restrições às operações de câmbio e de comércio exterior no Brasil a qualquer momento. Esses fatores incluem:

- a) montante de reservas cambiais;
- b) disponibilidade de dívidas estrangeiras suficientes na data em que o pagamento de uma obrigação seja devido;
- c) encargo do serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo; e
- d) quaisquer restrições políticas a que o Brasil possa estar sujeito.

Quaisquer restrições podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de efetuar pagamentos em moeda estrangeira para cumprir com obrigações fora do Brasil, o que pode ter resultados adversos relevantes nas perspectivas, nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

***As alterações nos lançamentos tributários e outros lançamentos fiscais podem nos afetar a Companhia desfavoravelmente.***

O governo brasileiro regularmente promulga reformas do regime fiscal e outros regimes de exigibilidade aos quais a Companhia e seus clientes estão sujeitos. Essas reformas incluem alterações na alíquota das tributações e, ocasionalmente, a promulgação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a fins governamentais designados. Os efeitos dessas alterações e de quaisquer outras alterações resultantes de promulgação de reformas fiscais adicionais não foram e não podem ser quantificados, de forma que não é possível garantir que essas reformas, uma vez introduzidas, não prejudicarão o negócio da Companhia. Além disso, essas alterações poderão gerar incerteza no sistema financeiro, aumentando o custo da tomada de empréstimos e contribuindo para o aumento da carteira de crédito inadimplente da Companhia. Modificações na política fiscal, inclusive a criação de novos tributos, podem ocorrer com relativa frequência e essas modificações podem produzir efeito adverso na posição financeira ou nos resultados operacionais da Companhia. A título de exemplo, em 2011, o governo brasileiro instituiu o Imposto sobre Operações Financeiras (o "Imposto IOF") com a alíquota de 1,0% ao dia sobre o valor referencial da exposição cambial estrangeira, mas foi reduzido atualmente a zero em relação ao câmbio estrangeiro. As alíquotas do Imposto IOF aplicáveis a empréstimos locais concedidos a pessoas físicas jurídicas tem sido frequentemente ajustada (tanto aumentos quanto reduções) nos últimos anos. As alíquotas do Imposto IOF aplicáveis atualmente são de 1,5% para pessoas jurídicas e 3,0% para pessoas físicas. É impossível estimar o impacto que uma alteração nas leis tributárias ou na política fiscal surtirá nas operações. Por exemplo, o Imposto IOF consiste em uma ferramenta utilizada pelo governo brasileiro para regular a atividade econômica, e alterações no Imposto IOF podem afetar os volumes dos negócios de forma generalizada. O Congresso brasileiro poderá discutir amplas reformas fiscais no Brasil visando melhorar a eficiência da alocação de recursos econômicos, conforme proposto pelo poder executivo do governo federal brasileiro. Grandes reformas fiscais têm sido discutidas no Brasil nos últimos anos. Não é possível prever se essas reformas serão implementadas no futuro. Os efeitos dessas mudanças, se forem adotadas, e de outras alterações que podem resultar da adoção de reformas fiscais adicionais, não podem ser quantificados.

***A adequação aos requerimentos mínimos de capital impostos à Companhia em decorrência da implementação do acordo de Basileia pode reduzir sua capacidade de alavancagem de negócios.***

A implementação das regras de Basileia no Brasil, especialmente com relação à exigência de capital, implicou em diversas modificações na forma de mensurar o capital para suportar os riscos inerentes às atividades bancárias. Novas exigências do Regulador podem implicar em maior necessidade de capital para suportar os negócios da Companhia. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial. A Resolução nº 4.958/21 do CMN define os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. A Resolução CMN nº 4.958/2021 define a apuração do Adicional de Capital Principal, como o somatório de três parcelas: ACPConservação, ACPCContracíclico e ACPSistêmico.

Como medida complementar de risco, a partir de 10/2015 iniciou-se a apuração da Razão de Alavancagem, cujo requerimento mínimo de 3% foi definido pelo CMN com a publicação da Resolução CMN nº 4.615/2017, seguindo a mesma tendência do BIS (Banco de Compensação Internacional). Esse requerimento passa ou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018. Em decorrência das alterações nas regras de adequação de capital ou do desempenho da economia brasileira como um todo, a Companhia poderá ser afetada negativamente, implicando maior necessidade de capital e comprometendo sua capacidade de alavancagem. A Companhia pode, ainda, ser obrigada a limitar novos negócios, dispor de alguns ativos ou tomar outras medidas que podem afetar negativamente o resultado das operações e da situação financeira da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de detectar, integralmente ou em tempo hábil, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outras atividades ilegais ou impróprias.***

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações e controles internos, tais como o Manual de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, que dispõem sobre a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e a outras atividades ilícitas, incluindo transações com alvos de sanções, nas jurisdições em que atua. Essas leis e regulamentos exigem, entre outras providências, que a Companhia adote e implemente políticas e procedimentos de "conheça o seu cliente" e de comunicação de operações suspeitas e de grande porte previstas em regulamentos para as autoridades competentes. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir integralmente as leis e regulamentos aplicáveis, as agências governamentais reguladoras as quais responde, têm o poder e a autoridade de impor-lhe multas e outras penalidades, incluindo a determinação de uma análise completa dos sistemas do Banco, supervisões diárias por consultores externos e, em última instância, a revogação de licenças. Além disso, seus negócios, bem como sua reputação podem ser afetados caso seus processos, produtos e serviços sejam utilizados para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, ou para outros fins ilegais ou impróprios. Adicionalmente a Companhia depende, em grande parte, que suas contrapartes mantenham e apliquem corretamente seus próprios procedimentos e políticas internas contra lavagem de dinheiro. Tais medidas de conformidade, procedimentos e políticas internas podem não ser totalmente eficazes para impedir que terceiros usem os serviços (e os das contrapartes relevantes) como canal para lavagem de dinheiro (incluindo operações ilegais de aplicações) sem o conhecimento da Companhia (ou de contrapartes relevantes do Banrisul). Se a Companhia for associada, ou mesmo acusada de estar associada à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo ou a outras práticas ilícitas, sua reputação pode ser afetada e/ou poderá estar sujeita a multas, sanções e/ou imposições legais que podem produzir efeitos adversos relevantes sobre seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

#### **i. riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue**

***A Companhia está presente nos Estados Unidos da América e Ilhas Cayman. Neste contexto, mudanças adversas que afetem a economia dessas regiões, a regulamentação bancária local e as regras e definições de órgãos reguladores internacionais podem comprometer adversamente os resultados consolidados da Companhia.***

A atuação da Companhia no exterior está concentrada nas agências localizadas nas cidades de Miami (Estados Unidos) e Grand Cayman (Ilhas Cayman), e mudanças adversas que afetem a economia dos países onde se localizam podem impactar os resultados das respectivas dependências. Qualquer situação adversa que afete a economia dos países onde a Companhia atua pode gerar impactos nos resultados consolidados da Companhia e, a depender do mercado atingido, do perfil de clientes que a Companhia tem em cada um destes. Ainda, alterações na regulamentação bancária dos países onde a Companhia atua e o cumprimento de regras e definições de órgãos reguladores internacionais podem acarretar efeitos materiais adversos relevantes nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

#### **j. riscos relacionados a questões sociais**

***A Companhia pode ser negativamente afetada pela violação de direitos e garantias fundamentais, praticados por seus clientes.***

No âmbito social, a imagem da Companhia pode ser negativamente impactada se um cliente financiado adotar práticas associadas à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, tais como utilização de mão de obra análoga à escrava e uso de trabalho infantil. Na ocorrência de eventos dessa natureza, a contraparte envolvida poderá ter sua capacidade de pagamento afetada, incorrendo, também, em risco de crédito para a Companhia.

#### **k. riscos relacionados a questões ambientais**

***A Companhia pode ser corresponsabilizada por eventuais danos ambientais provocados por seus clientes com recursos concedidos obtidos junto a ela.***

A Companhia está sujeita à corresponsabilização por danos ambientais provocados por seus clientes em eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. Esse risco pode ser direto – com aumento do risco legal por eventual corresponsabilização jurídica pela reparação dos danos, ou aumento do risco reputacional, uma vez que a imagem da Companhia pode ser associada ao dano ambiental –, como também indireto – com aumento do risco de crédito do cliente devido a multas e penalidades, redução de negócios, depreciação de ativos e redução do valor das garantias.

#### **l. riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

***Os negócios da Companhia poderão ter sua rentabilidade afetada pelas mudanças climáticas, considerando seus impactos nos empréstimos e nos financiamentos rurais.***

Em razão da atuação regionalizada da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul, onde o setor primário tem grande relevância na composição da estrutura econômica, a carteira de crédito rural sofre significativa influência do clima. A possibilidade de quebra de safra decorrente de eventos climáticos implica em elevação do risco de crédito para a Companhia, não somente da carteira de crédito rural, mas também em relação aos demais setores nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul cujo PIB tem forte participação do setor primário, o que pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

#### **m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

## 4.2 - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

**4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.**

***A Companhia poderá não obter sucesso em suas novas estratégias de negócios.***

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas novas estratégias de negócios depende de uma série de fatores, como (i) as condições políticas e econômicas nacionais, (ii) a manutenção de leis e regulamentos existentes, em especial aqueles relacionados ao Sistema Financeiro Nacional, (iii) sucesso na implementação das novas políticas creditícias, (iv) manutenção dos custos de captação, (v) o desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, (vi) o aumento da eficiência operacional, (vii) a criação de novos produtos, e (viii) a manutenção de sua posição no Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas novas estratégias diante das circunstâncias acima ou outras, o que pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

***As atividades e realização do plano de negócios da Companhia podem ser afetados por danos à sua reputação.***

A Companhia depende de sua imagem e de sua credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à sua reputação e criar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores, como o não cumprimento de obrigações legais, negócios irregulares com clientes, envolvimento com fornecedores, empregados e representantes com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de seus colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros. Além disso, a má conduta de terceiros, como parceiros de negócios, pode também, indiretamente, impactar a reputação da Companhia perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à reputação da Companhia podem impactar de forma adversa os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***O desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul tem impacto significativo nas atividades e resultados da Companhia.***

Devido à expressiva concentração dos clientes no Estado do Rio Grande do Sul, as atividades e os resultados da Companhia são dependentes, em grande escala, do desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, a redução na atividade econômica regional, entre outros efeitos, poderá reduzir a procura por crédito e pelos serviços bancários ofertados pela Companhia, aumentar o nível de inadimplência no crédito, aumentar o volume de saques de recursos depositados e, conseqüentemente, limitar as opções para a expansão dos negócios da Companhia. A combinação destes eventos, ou cada um deles individualmente, podem comprometer a estratégia de crescimento e, a geração de resultados da Companhia, refletindo no valor de mercado de suas ações. Adicionalmente, certas áreas nas quais a Companhia atua estão sujeitas a riscos específicos com forte componente setorial, como a concessão de crédito ao setor agrícola, o qual pode ser impactado pelas condições climáticas no Estado do Rio Grande do Sul, o que poderá ocasionar uma redução na procura por soluções de crédito ofertadas pela Companhia, impactando diretamente seus resultados. Qualquer um desses fatores poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***A perda da condição de banco oficial e principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul pode ter um efeito adverso sobre o resultado das operações da Companhia.***

Mediante Contrato de Cessão dos Serviços Relacionados à Folha de Pagamento por meio de Outorga Onerosa de Direito de Exclusividade, celebrado em 17 de junho de 2016 e com prazo de 10 anos, uma parcela importante das receitas e da geração de novos negócios da Companhia vem da prestação de serviços ao Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, da prestação de serviço de pagamento da remuneração dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente caso a Companhia deixe de ser o principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul ou que deixe de prestar serviços de pagamento da remuneração dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta.

***As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial podem nos afetar adversamente.***

As autoridades brasileiras intervêm com alguma frequência na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, dentre outras, o que pode afetar negativamente a Companhia. Tais alterações podem impactar variáveis que são fundamentais para a estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a atuação em determinados mercados, afetando a liquidez e a capacidade de pagamento dos clientes da Companhia. Incertezas sobre políticas econômicas futuras podem aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, a qual, por sua vez, pode ter relevante efeito adverso na Companhia. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem afetar a Companhia.

## 4.3 - DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

**4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

### RISCO DE MERCADO

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Riscos Corporativos, a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banco, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A carteira *trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

A carteira *banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da carteira *trading* utilizamos a metodologia padronizada do Banco Central do Brasil através do cálculo da métrica do *Value at Risk - VaR* para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O *VaR* é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em horizonte de tempo determinado de dez dias, com nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*, métrica padronizada do BCB.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo padronizado do Banco Central do Brasil através das metodologias de Abordagem de Valor Econômico, que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária do Banco - *Economic Value of Equity (EVE)*, pela Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na sua carteira bancária - *Net Interest Income (NII)*, pelas Perdas e Ganhos Embutidos (PGE), que é a diferença entre o valor econômico das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (*off-balance sheet*) sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil e pela métrica do Risco de *Spread (CSRBB)*, que é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco, para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira bancária.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade das posições da carteira de negociação com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em eventual agravamento de crise.

### RISCO DE TAXA DE JUROS

O risco de taxa de juros decorre dos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas.

A sensibilidade às taxas de juros decorre da exposição ao risco de movimentação das taxas praticadas nas operações ativas e passivas, em relação às taxas de juros praticadas pelo mercado.

Qualquer descasamento entre a receita dos ativos e o custo dos passivos é conhecido como “gap de posição”. A sensibilidade à exposição da taxa de juros decorre da estrutura da carteira e dos diferentes fatores de risco que a compõem, sendo que oscilações significativas podem ocorrer a qualquer momento, influenciadas pelas forças de mercado.

### RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

O risco de câmbio decorre dos ativos, passivos e itens não contabilizados no balanço, que são denominados ou indexados em moedas estrangeiras, no curso normal das atividades bancárias.

Embora a grande maioria das operações da Instituição seja realizada no mercado doméstico, e não haja exposição relevante às variações das taxas de câmbio, quando comparados ao mercado, a exposição é controlada através do monitoramento diário, em conformidade com a política de negócios instituída.

A Instituição detém ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras, principalmente em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2024, a exposição cambial consolidada somou R\$ 426,7 milhões, para um Patrimônio de Referência de R\$ 11.384,3 milhões (base 11/24 - último valor disponível), sendo o máximo permitido 30% do PR, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central.

O risco cambial é monitorado de forma a se manter inferior a 3,55% do Patrimônio de Referência da Instituição, conforme política de risco de mercado vigente e em conformidade com a RAS, resultando, em parcela de capital regulamentar para riscos relacionados à oscilação de ouro e moeda estrangeira – em RWA no valor de R\$ 1.237,2 milhões.

## ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender às exigências da Instrução Normativa CVM nº 475/2008, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (Trading Book). Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela IN CVM nº 475, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2024.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2024.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2024.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$ 6,1923 de 31/12/2024 (PTAX VENDA - BACEN).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

### Valores Resultantes do Teste de Sensibilidade (Valores em R\$ mil)

| Cenários | Fatores de Risco |          | Total     |                  |
|----------|------------------|----------|-----------|------------------|
|          | Taxa de Juros    | Moedas   |           |                  |
| 1        | 1%               | 3.016,46 | 1.724,95  | <b>4.741,41</b>  |
| 2        | 25%              | 2.450,88 | 43.123,85 | <b>45.574,73</b> |
| 3        | 50%              | 1.764,19 | 86.247,71 | <b>88.011,90</b> |

Valores em R\$ mil

Definições:

Taxa de Juros – Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxas de inflação.

Moeda Estrangeira – Exposições sujeitas à variação cambial.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Taxas de Juros - Prefixado” a maior perda, que representa 63,6% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moedas” representando respectivamente 94,6% e 98,0%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de (R\$ 88,0 milhões).

#### 4.4 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS E RELEVANTES

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é: i. provável; ii. possível; iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista, cível e administrativa. Em 31 de Dezembro de 2024, o valor total envolvido nos processos provisionados era de R\$ 2.902 milhões: soma da provisão das Ações Cíveis e outros R\$ 289,9 milhões; Ações Fiscais R\$ 849,6 milhões e Ações Trabalhistas R\$ 1.755,8 milhões. A Companhia registra provisões para contingências de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituindo provisões para processos avaliados por seus consultores legais, bem como para processos cadastrados com chance de perda provável (ver item 4.7). Foram considerados como processos individualmente relevantes, para os fins deste item do Formulário de Referência, processos que possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia ou ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes, segregados por sua natureza.

##### Processos Cíveis

| PROCESSO nº 5066746-25.2015.4.04.7100 |  |
|---------------------------------------|--|
| Juízo                                 | Subseção da Justiça Federal de Porto Alegre  |
| Instância                             | 1ª Vara Federal  |
| Data de instauração                   | 29/10/2015   |
| Partes no processo                    | Autor: AGBAN – Associação Dos Funcionários Das Empresas Do Grupo Banrisul<br>Réus: Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A., Fundação Banrisul De Seguridade Social, Banrisul Cartões, Cabergs, Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência De Fomento e Previc – Superintendência Nacional De Previdência Complementar   |
| Valores, bens ou direitos envolvidos  | R\$ 270.000.000,00   |
| Principais fatos                      | Trata-se de ação que discute o cancelamento de descontos para o fundo de sobrevalorização de benefícios do Plano de Benefícios da Fundação Banrisul, e a responsabilização dos patrocinadores no pagamento de valores supostamente não vertidos ao Plano. A Autora requereu liminarmente a suspensão dos descontos para o fundo de sobrevalorização de benefícios do plano de benefícios da Fundação Banrisul, o que foi indeferido pelo Juízo de Primeiro Grau. Em 07/10/2024 foi prolatada sentença de improcedência quanto aos pedidos da AGBAN, estando atualmente o feito em fase recursal. |
| Chance de perda                       | Remota   |
| Análise do impacto em caso de perda   | No caso de a ação ser julgada procedente a Companhia terá que arcar, juntamente com os demais patrocinadores, com a parcela do déficit atuarial do PB I correspondente à diferença entre a premissa de crescimento real de benefícios utilizada na avaliação atuarial (igual a zero) e aquela efetivamente apurada na perícia contábil.  |
| Valor provisionado                    | Não há valor provisionado por se tratar de probabilidade Remota de perda   |

## Processos Tributários

| <b>PROCESSO nº 5081651-30.2018.4.04.7100</b> |  |
|--|--|
| <b>Juízo</b>                                 | <b>13ª Vara Federal da Justiça Federal</b>   |
| <b>Instância</b>                             | Superior Tribunal de Justiça/STJ – atualmente 2ª Turma do STJ  |
| <b>Data de instauração</b>                   | 21/11/2005   |
| <b>Partes no processo</b>                    | Autor: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.<br>Réu: União Federal   |
| <b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>  | R\$ 789.270.067,57   |
| <b>Principais fatos</b>                      | A Companhia postula, no presente processo, a anulação dos lançamentos lavrados por força da dedução, no cálculo do lucro real, do montante devido à entidade de previdência complementar reconhecido no exercício de 1997, quando ainda vigorava o limite de 20% previsto no art. 11 da Lei nº 9.532/97. Em 6.9.2006, foi proferida sentença que julgou a ação improcedente, mantendo o débito lançado contra a Companhia. Em 20.4.2017, foi proferido acórdão pela 2ª Turma do STJ, oportunidade em que foi dado parcial provimento ao Recurso Especial da Fazenda Nacional, determinando a devolução dos autos ao TRF-4 para novo julgamento dos Embargos de Declaração. Em 05/12/2024 foi proferida decisão pelo TRF-4, acolhendo Embargos Declaratórios do Banco e determinando o reestabelecimento do acórdão que deu provimento ao Recurso de Apelação do Banrisul. Tal decisão foi alvo de aclaratórios por parte da União Federal, ainda não julgados. |
| <b>Chance de perda</b>                       | Provável   |
| <b>Análise do impacto em caso de perda</b>   | Reversão do valor provisionado, sem efeito no resultado, e desentaxa financeira do valor total do débito.  |
| <b>Valor provisionado</b>                    | R\$ 821.312.165,55 em 31/12/2024   |

| <b>PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16327-721.073/2019-12</b> |   |
|---|---|
| <b>Juízo</b>  | <b>Delegacia Especial de Instituições Financeiras – São Paulo</b>   |
| <b>Instância</b>  | Primeira instância de processo administrativo   |
| <b>Data de instauração</b>                              | 09/12/2019  |
| <b>Partes no processo</b>                               | Autor: Receita Federal<br>Réus: Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.  |
| <b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>             | R\$ 200.488.334,88  |
| <b>Principais fatos</b>                                 | A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de infração, em decorrência de procedimentos de fiscalização, sob o fundamento de que o Banco teria deixado de recolher contribuições previdenciárias (cota patronal e RAT) e de terceiros (INCRAs e Salário-Educação) incidentes sobre (i) a alimentação (refeições e cestas básicas) concedidas por meio de cartões; (ii) a alimentação (refeições e cestas básicas) concedidas, em alguns casos, em dinheiro; (iii) o auxílio moradia não oferecido à tributação; e (iv) Participação nos Lucros ou Resultados – PLR, no período de 01/2015 a 12/2015. |
| <b>Chance de perda</b>                                  | Remota em sua maioria, com algumas rubricas caracterizadas como chance de perda Provável (essas últimas, representam R\$ 9,0 milhões)   |
| <b>Análise do impacto em caso de perda</b>              | Perda financeira  |
| <b>Valor provisionado</b>                               | R\$ 10.724.053,21, referentes às rubricas de chance de perda “provável” (em 31/12/2024)   |

| <b>PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16327.906.558/2022-71</b> |  |
|---|--|
| <b>Juízo</b>  | <b>Delegacia Especial de Instituições Financeiras – São Paulo</b>  |
| <b>Instância</b>  | Primeira instância de processo administrativo  |
| <b>Data de instauração</b>                              | 18/01/2023   |
| <b>Partes no processo</b>                               | Autor: Receita Federal<br>Réus: Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.   |
| <b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>             | R\$ 381.081.319,28   |
| <b>Principais fatos</b>                                 | Trata-se de Impugnação á despacho decisório que indeferiu o direito creditório pleiteado no PERDCOMP nº 07265.59499.281217.1.3.57-1450, decorrente do recálculo, alegadamente a menor, das bases de cálculo do IRPJ e CSLL dos anos-calendário de 1989 a 2015, como consequência da elevação do saldo devedor da conta de resultado denominada “correção monetária”. |
| <b>Chance de perda</b>                                  | Possível   |
| <b>Análise do impacto em caso de perda</b>              | Perda financeira   |
| <b>Valor provisionado</b>                               | Não há valor provisionado por se tratar de probabilidade Possível de perda   |

## Processos Trabalhistas

| PROCESSO Nº 0021886-12.2016.5.04.0017 |   |
|---------------------------------------|---|
| Juízo                                 | 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre   |
| Instância                             | Terceira Instância  |
| Data de instauração                   | 20/12/2016  |
| Partes no processo                    | Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (polo ativo) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (polo passivo)  |
| Valores, bens ou direitos envolvidos  | R\$ 55.058.302,06   |
| Principais fatos                      | Ação Coletiva. Objeto da Ação: Postula o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região o reconhecimento de que os empregados que ocupam a função de Gerente de Negócios, tenham suas jornadas laborais limitadas a seis horas, conforme prescrição do caput do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o consequente pagamento da sétima e oitava hora diária como extraordinária, com reflexos nas férias com o terço legal, na gratificação semestral, no ADI, no 13º salário, no repouso semanal remunerado (sábados, domingos e feriados), na PLR e no FGTS, em parcelas vencidas e vincendas, além de honorários advocatícios. A sentença de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação deferindo o pagamento da 7ª e 8ª horas como extras, em parcelas vencidas e vincendas, acrescidas de adicional, com reflexos em repouso remunerados (domingos, sábados e feriados), férias com um terço e seu abono, 13º salário, gratificações semestrais, ADI e FGTS; e honorários advocatícios no percentual de 15% sobre o valor bruto da condenação. Em segundo grau, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região analisando o mérito, julgou parcialmente procedentes os pedidos do banco para excluir da condenação o pagamento de reflexos de horas extras em ADI e autorizar a supressão do pagamento da parcela ADI, a partir do momento em que os empregados substituídos passarem a cumprir jornada de 6 horas. |
| Chance de perda                       | Perda Provável  |
| Análise do impacto em caso de perda   | Reconhecimento de jornada de seis horas para empregados comissionados (Gerentes de Negócios) que hoje possuem jornada diária de oito horas e o pagamento das horas extras reconhecidas.   |
| Valor provisionado                    | R\$ 61.053.119,59 em 31/12/2024   |

#### **4.5 - VALOR TOTAL PROVISIONADO DO ITEM 4.4**

##### **4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

Em 31 de Dezembro de 2024, o valor total provisionado para os processos classificadas como perdas prováveis constantes no item 4.4, era de R\$ 893.089.338,35.

#### **4.6 - PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES**

**4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Na data deste Formulário de Referência não existem processos sigilosos que a companhia julga relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4.

#### **4.7 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES**

##### **4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores**

Na data deste Formulário de Referência não existem outras contingências que a companhia julgue relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4.